

Sobre um auto da fé

SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

Mesmo entre os denodados apologistas da pobre *Prosopopeia* de Bento Teixeira, poucos se deram o trabalho de examinar o primeiro texto impresso daquela obra. E' o caso do proprio responsavel pela edição da Academia Brasileira de Letras. O qual, nos versos onde se pintam, logo ao início da "Narração", as luzentes estrelas resplandecendo de tal modo no mar estanhado, que, fixas, embora, no Céu, parecem estar no "licor falso", chega a descobrir uma felicissima metáfora, acrescentando que, diante dela, o proprio Camões haveria de orgulhar-se do imitador.

A aiusao ao licor "falso" poderia, efetivamente, valer por um prenuncio das forças traiçoeiras que já se dissimulavam sob as aguas serenas do mar antes do naufragio. A verdade, porém, é que o autor não se dá a tais requintes: escreve simplesmente, quase prosaicamente "licor salso", que é como quem diz agua salgada. Assim está na impressão de 1601. A metáfora feliz resulta de uma involuntária colaboração dos editores subsequentes.

Pode aliás dizer-se de Bento Teixeira, que, tantas vezes maltratado por historiadores e criticos, não o foi menos pelos impressores de seu livro. Já tive oportunidade de lembrar em outro escrito como estes, no discurso de Lemnio, chegaram a transformar, por exemplo, em "indigente" o deus "indigete" e, a partir da edição de Ramiz Galvão, os "Centimanos" em "Cetimanos". O erro, neste ultimo caso, é talvez explicavel pela ausencia de "e" tildado na officina impressora que em 1873 deveria reproduzir fielmente o texto de 1601, onde se lê, em realidade, "Cetimanos", com um til sobre o "e". O erro não foi corrigido nas publicações ultteriores.

Ao menos em um caso, conforme já pude assinalar no escrito já mencionado, esses erros chegaram a converter-se em autenticos enigmas, que vêm desafiando a paciência e a argucia dos interpretes. E' o que se dá particularmente com aquela passagem do exordio, onde se lê:

O marchetado Carro do seu
[Febo]
Celebre o Sol Munès com falsa
[pompa]

"Sol Munès" é a expressão misteriosa que já figura na edição inaugural e haveria de conservar-se nas outras. João Ribeiro que a assinala na sua critica á publicação academica, não ousa, contudo, explicá-la. Capistrano de Abreu e ainda Otoniel Mota dão uma interpretação só aparentemente admissivel. O ultimo, lembrando o verso inicial da Elegia IV de Camões, onde se fala no "sulmonense Ovidio", observa: "Sulmonense porque natural de Sulmona. Sul-

monense teria a forma colateral, evoluida, "sulmonès", com acento grave. Assim o poeta teria escrito, e o Sol Munès seria, de fato, "sulmonès", isto é Ovidio.

Bento Teixeira, que possivelmente se recordara, ao compor a estrofe, daquele passo do *Lusiadas* (II. 110), onde há menção dos cavalos "que o carro marchetado etc.", bem poderia seguir seu exemplo, usando a expressão "sulmonense" ou "sulmonès", comparavel a "Mantuanò", que designava o outro e principal nume dos epicos quinhentistas. E todavia, na *Prosopopeia*, o que se segue imediatamente áqueles versos permite hesitar ante uma tal interpretação:

E a ruína cantando do mancebo
[cebo]
Com importuna voz, os ares
[rompa]

Que ruína? De que mancebo? Nada no sulmonense Ovidio explica essas alusões, sem maior exame. O misterio continua a prevalecer tão impenetravel quanto antes.

A verdade é que Bento Teixeira, ao redigir seu poema, não teria cogitado em sulmonense ou sulmonès, mas antes em Salmoneu, nome de uma figura mitologica que os poetas renascentistas, leitores e imitadores de Virgilio, associaram muitas vezes á idéia da gloria intrusa. Dele se dizia que, fundador da cidade de Salmone, onde chegara a rei, fez construir uma ponte metalica sobre a qual corria em carro magnifico e resplandecente, o "marchetado carro". Lançando tochas acesas e valendo-se de outros mil artificios, para imitar o barulho do trovão, o imprudente mancebo pretendeu, com "falsa pompa", impor-se aos seus suditos. Zeus, irritado diante de tamanha audacia, condenou-o prontamente á ruína, lançando contra ele um dos seus mortiferos raios.

Os erros que já são notáveis na edição inicial do poema poderiam ser explicados pela circunstancia de ter sido composto este ás pressas por motivos particulares. Denunciado perante o Santo Officio nas partes de Pernambuco como judaizante, o mestre de ensinar meninos de Olinda precisava salvar a pele e por isso se agarrara á proteção de uma personagem eminente. Jorge de Albuquerque Coelho, heroi do poema babilatorio deveria salvá-lo, assim como Duarte de Albuquerque Coelho protegera o Padre de Ouro. Essa a conjectura a que foi levado o sabio historiador Rodolfo Garcia, depois de observar: "Por que, com culpas tão graves no cartorio do Santo Officio não teve o castigo merecido, é difficil atinar".

Succede apenas que, ao imprimir-se a *Prosopopeia* Jorge de Albuquerque já não devia pertencer ao numero dos vivos. E também que, merecido ou não, teve Bento Teixeira o castigo pelos seus pecados. A recente publicação dos catalogos dos manuscritos da Casa de Cadaval, que Garcia certamente não conheceu, revela que, já então o poeta "cristão novo, mestre de gramatica, filho de Manoel Alves, natural da cidade do Porto e morador em Pernambuco", se vira punido em auto da fé celebrado no domingo ultimo de janeiro de 1599 na sala dos Estaus, em Lisboa, onde, com mais dois companheiros, recebeu a solene condenação dos inquisidores, que o entregaram á justiça secular.

21 DE DEZEMBRO DE 1957

Entre esses dois companheiros, que figuram ambos nas *Denunciações de Pernambuco*, editadas em 1929 por Paulo Prado, está a alcorcovada Beatriz ou Brites Fernandes, de quem chegara a escrever Pereira da Costa que "acusada de judaismo foi a infeliz senhora enviada a Lisboa, atirada aos carcereiros da Inquisição, e confiscados os seus bens (...) arrematados perante a vedoria por ordem do Santo Officio". E acrescentara: "Ignora-se a sorte dessa primeira vítima da Inquisição em Pernambuco, mas é tradicional que morreu queimada em um dos autos da fé celebrados em Lisboa". A esse respeito mostra-se bastante ceptico Rodolfo Garcia no seu belo prefacio ás *Denunciações*. O referimento, diz, "desacompanhado de qualquer desabonação documental, fundado apenas em tradição difficil ou impossivel de apurar, deve ser relegado para o dominio das lendas, onde não fará má figura".

Corrigindo esse juízo e aboando, aparentemente, a tradição, no caso de Beatriz Fernandes, os arquivos da Casa de Cadaval vieram, por outro lado, acrescentar um elemento novo á biografia do discutido autor da *Prosopopeia*.